



Três projetos sobre segurança estão na pauta do Plenário

Senadores podem votar propostas sobre feminicídio, assassinato de jovens e crimes praticados dentro ou perto de escolas e residências

Eleito como prioridade do Senado pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, o tema segurança pública domina a pauta de votações desta semana.

Três projetos devem ser analisados pelos senadores. Um deles aumenta a pena para o assassinato de mulheres. Outra proposta cria um plano de enfrentamento de homicídio de jovens, com a previsão de metas para a redução de assassinatos de jovens e policiais. Também pode ser votado projeto que agrava a pena para crimes praticados em situação de tocaia perto ou dentro de escolas e residências. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 28/2/2018

Plenário do Senado: semana será dedicada à análise de textos ligados à segurança pública, como o que cria metas para reduzir os homicídios de jovens e de policiais



Auditor-fiscal Kleber Cabral (2º à dir.) fala em audiência pública comandada por Paim (4º à esq.), vice-presidente da CDH

Modelo tributário é distorcido, aponta debate

O modelo tributário nacional pune as classes média e baixa assalariadas e favorece os mais ricos. Essa foi a opinião que prevaleceu na audiência

pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promoveu na sexta-feira.

Representantes dos audi-

tores-fiscais alertaram para a significativa sonegação de impostos e criticaram o fato de o Brasil isentar a distribuição de lucros e dividendos. **3**

Agronegócio pede mais inovação e investimentos e menos impostos

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Reforma Agrária em feira de agronegócio no Rio Grande do Sul, debatedores pediram mais

investimento em pesquisa, redução da carga tributária do setor e menos entraves para a adoção de novas tecnologias estrangeiras. **2**



Ana Amélia, ao lado de Ivo Cassol (3º à dir.), preside debate com produtores

ARQUIVO **S**

Há 50 anos, morte de estudante deflagrava protestos pelo país

Em março de 1968, o estudante Edson Luís, de 18 anos, foi morto pela polícia no bandeirão Calabouço, no Rio. O episódio deu início a uma série de manifestações estudantis em todo o país ao longo do ano contra a

ditadura — que reprimiu os jovens com violência. Documentos do Arquivo do Senado mostram que senadores saíram em defesa dos estudantes e tentaram impedir a radicalização do regime militar. **4**



Milhares participaram do velório de Edson Luís, em março de 1968

Comissão faz audiência hoje sobre energias renováveis

A Comissão Senado do Futuro faz hoje debate sobre a atual situação do Brasil no uso das energias renováveis, como a eólica e a solar, e sobre formas de aumentar a sua adoção. Participarão professores da UnB e da USP e representantes do Ministério de Minas e Energia e da Agência Espacial Brasileira. A audiência integra um ciclo de debates que ocorrerá na comissão ao longo do ano. **2**

Debate: inovação no campo precisa vir mais rápido

Representantes do agronegócio pediram menos entraves burocráticos, menos impostos e mais investimento em pesquisa durante audiência da Comissão de Agricultura no Rio Grande do Sul

PARA QUE O campo continue com recordes seguidos de safras e produtividade, é preciso incentivar a inovação tecnológica na agropecuária e, ao mesmo tempo, priorizar a sustentabilidade ambiental, sem que deixar de lado a qualidade da produção e a renda dos produtores. Essa foi uma das avaliações apresentadas na sexta-feira na audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na Expodireto Cotrijal 2018, na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. Esse foi o primeiro seminário do ciclo de debates sobre o tema que o colegiado vai promover em 2018.

Funrural

O presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), garantiu aos presentes a derrubada do veto presidencial que anulou o perdão de multas e encargos sobre dívidas dos produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Por sua vez, Ana Amélia (PP-RS), que dirigiu o debate, ressaltou a importância de debater os impactos da inovação no campo, principalmente quanto à sustentabilidade ambiental, à segurança de renda dos produtores, à sanidade das safras e aos ganhos para a economia nacional.

A senadora elogiou a importância e a tradição da Expodireto Cotrijal, considerada uma das maiores feiras de agronegócio do mundo com foco em tecnologia e negócios. Ela disse que mais de 70 países estão representados no evento.

O presidente da Expodireto Cotrijal 2018, Nei César Mânica, informou que a feira prioriza a inovação tecnológica e é uma grande oportunidade para bons negócios. Ele registrou que Não-Me-Toque é a capital nacional da agricultura e que o futuro do Brasil é "alimentar o mundo todo".



Senadora Ana Amélia preside a audiência, ao lado de Ivo Cassol (4º à dir.).

Para o secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, a pesquisa e a inovação estão reduzindo o impacto no meio ambiente. Ele afirmou, no entanto, que novas tecnologias estrangeiras, mais baratas e menos nocivas, demoram para serem liberadas para uso no Brasil.

Entraves

Na mesma linha, o gerente de Inovação da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Roberto Sant'Anna, criticou a demora na liberação no Brasil de novos produtos desenvolvidos em outros países.

Ele ressaltou a importância dos defensivos agrícolas para a sustentabilidade econômica do campo e disse que, graças em boa medida aos defensivos, o aumento da produtividade agrícola é muito mais acentuado que o crescimento da área plantada no país.

Os agrotóxicos, fungicidas ou herbicidas são desenvolvidos atualmente para serem menos nocivos para humanos e meio ambiente, disse.

Impostos

Já o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Carlos Joel da Silva, lembrou que os pequenos produtores familiares querem aumentar a produtividade, mas que apenas a tecnologia não é suficiente para crescer

a renda do produtor, sendo necessária também uma redução dos impostos sobre o setor.

— A carga tributária tem que ser revista em toda a cadeia de produção, principalmente óleo diesel e energia elétrica.

Ainda sobre aspectos econômicos, o vice-reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Luciano Schuch, defendeu mais investimentos em ciência e tecnologia pelo governo. O professor criticou a insegurança jurídica no setor de pesquisa do país, que dificulta as parcerias de universidades públicas com a iniciativa privada.

— Precisamos de um apoio maior. O retorno é garantido.

Embrapa

Sobre inovação, o chefe da Embrapa Trigo, Osvaldo Vasconcelos Vieira, informou que a empresa trabalha em todo o país com pesquisa e inovação em praticamente todas as áreas, como trigo, soja, leite e arroz. Ele disse que o estado de Rondônia se transformou nos últimos anos em um dos maiores produtores de leite do país devido em grande parte ao trabalho da Embrapa. Vieira acrescentou que a empresa está trabalhando para aumentar a produção também no inverno, para dar mais segurança econômica aos produtores, principalmente aos pequenos.

Energias renováveis serão tema de audiência hoje no Senado

A Comissão Senado do Futuro se reúne hoje, às 18h, para debater o cenário e as perspectivas no Brasil das energias renováveis, como a solar e a eólica.

Para discutir o tema, foram convidados especialistas da USP e da UnB e representantes do Ministério de Minas e Energia e da Agência Espacial Brasileira.

A discussão faz parte de um ciclo de debates que avalia medidas para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país. Segundo o presidente da comissão, senador Hélio José (Pros-DF), as audiências públicas ocorrerão durante todo o ano.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Doença de Parkinson

9h Audiência interativa para debater instituição de abril como o Mês da Conscientização sobre a Doença de Parkinson.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Pronunciamentos e avisos da Mesa.

CSE Energias renováveis

18h No ciclo de debates 2022: O Brasil que queremos, será realizada uma audiência sobre energias renováveis.

CI Verba para transportes

9h Entre 12 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.

CAE Políticas de conteúdo local

10h O PLS 629/2011, que inclui rádios comunitárias na Lei de Incentivo à Cultura, está na pauta de 15 itens. Depois, análise do relatório de avaliação de políticas de conteúdo local em quatro setores.

CRA Flores ornamentais

11h O PLC 88/2014, que diminui a burocracia para produtores de flores ornamentais, é um dos 6 itens da pauta.

CE Fundo patrimonial no ensino

11h30 Na pauta, o PLC 158/2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior, e mais 17 itens.

CMA Faixa não edificável em rodovia

11h30 Entre 12 itens, o PLS 66/2014, que flexibiliza o limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias.

CMO Ministro da Saúde

14h30 Audiência com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS.

MP 810/2017 Empresas de informática

14h30 Análise do plano de trabalho da comissão mista.

CAS Material escolar no Bolsa Família

9h Entre os 14 itens na pauta, o PLS 122/2013, que autoriza crédito para material escolar a beneficiários do Bolsa Família.

CDR Zona Franca Verde

9h O PLS 68/2016, que trata de isenção de imposto para Zona Franca Verde, é um dos 9 itens.

CÓDIGO COMERCIAL Debate em SP

10h Audiência pública em São Paulo com a participação do presidente do tribunal de justiça do estado, Manoel Calças, e de representantes da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo.

MP 816/2017 Cargos em conselhos

14h30 Análise do relatório da comissão mista.

CSE Doentes e transplantados renais

17h Audiência interativa para debater direitos das pessoas com diagnóstico de doença renal crônica e das pessoas com rins transplantados.

QUARTA

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Segurança pública domina a pauta do Plenário

Senadores podem votar textos sobre assassinato de mulheres, plano para combate ao homicídio de jovens e agravamento de pena para tocaia perto de casas e escolas

PROJETOS RELATIVOS À área de segurança pública predominam na pauta do Plenário do Senado desta semana. A partir de amanhã, os senadores devem votar o aumento da pena para o assassinato de mulheres, a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens e o agravamento da pena para crimes em situação de tocaia perto de casas e escolas.

O tema da segurança pública foi eleito como prioridade pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, no início do ano legislativo.

Femicídio

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 8/2016 altera o Código Penal para aumentar, de um terço à metade, o tempo da pena de prisão por femicídio no caso em que o crime seja praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

O aumento de pena ocorrerá ainda se o delito for praticado contra pessoa com doença degenerativa limitante

ou que cause vulnerabilidade física ou mental, ou ainda se for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

A pena básica de reclusão para o femicídio pode variar de 12 a 30 anos, sem considerar eventuais agravantes. O projeto que pode ampliar o tempo de cumprimento da pena foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por Eduardo Lopes (PRB-RJ), com voto favorável.

Na análise, o senador citou estudo do Instituto Avante Brasil apontando que uma mulher morre a cada hora no país por crime de gênero. Normalmente, disse, “são crimes dolosos em situação de violência doméstica”.

Jovens

A criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens é proposta no PLS 240/2016, resultado dos trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens, que funcionou no Senado entre 2015 e 2016, sob a presidência

de Lídice da Mata (PSB-BA) e com Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator.

O plano tem o objetivo de reverter os altos índices de violência contra os jovens no prazo de dez anos. O foco da ação social são os jovens negros e pobres, que lideram o ranking de mortes nessa faixa etária. A iniciativa recebeu parecer pela aprovação na CCJ. O relator, Hélio José (Pros-DF), aproveitou um relatório apresentado em 2016 por Telmário Mota (PTB-RR).

Metas

Cinco metas estão na base do plano, a ser coordenado e executado sob orientação do governo federal: redução do índice de homicídios para o padrão de um dígito a cada 100 mil habitantes, redução da letalidade policial, redução da vitimização de policiais, aumento do esclarecimento de crimes contra a vida para 80% dos casos e adoção de políticas públicas afirmativas em áreas com altas taxas de violência juvenil.

Projeto que agrava a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas

imediações de residência, no interior de escola ou no raio de até cem metros do ambiente escolar (PLS 469/2015) também está na ordem do dia.

De iniciativa do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), a proposta altera o Código Penal. De acordo com o texto, casos de homicídio, sequestro e cárcere privado caracterizam a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave ou seguida de morte, o delito aumentaria a pena do agressor.

O texto abre a possibilidade de aumento de até metade da pena nos crimes de furto, roubo e extorsão e nos crimes contra a liberdade sexual ocorridos nesses locais.

O relator na CCJ, Benedito de Lira (PP-AL), apresentou voto favorável, com emendas. A proposta foi aprovada pela comissão em decisão terminativa e seguiria para a Câmara dos Deputados imediatamente, mas recurso de Lindbergh, aprovado na comissão, levou o projeto à análise do Plenário do Senado.

Brasil virou paraíso fiscal para os muito ricos, aponta audiência

O Brasil continua insistindo num modelo tributário completamente distorcido, sem paralelo no mundo, que, na prática, pune as classes média e baixa assalariadas, enquanto isenta as rendas e dividendos de quem é muito rico.

Este foi o tom da audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) na sexta-feira, como parte do ciclo de debates que discute o modelo fiscal brasileiro.

Uma das maiores distorções, segundo o presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins, são as políticas de isenção para setores empresariais, adotadas já há alguns anos. Somente em 2016, de acordo com os dados mais recentes, as isenções foram responsáveis por um rombo de 24% na arrecadação potencial.

— É preciso conscientizarmos a sociedade de que simplesmente não é mais possível mantermos estas benesses. Por causa do déficit, o governo opta por uma forte redução nas despesas e nos direitos sociais, afetando fortemente a prestação de políticas públicas — criticou.

Martins ressaltou ainda que a sonegação fiscal já gira em torno de R\$ 500 bilhões por ano.

Dividendos

Também foi muito criticado pelos debatedores o fato de o Brasil, ao contrário do que fazem por exemplo os Estados Unidos e a Europa, isentar de impostos a distribuição de lucros e dividendos.



Presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno fala em audiência dirigida por Paulo Paim (3º à esq.)

Presidente da Unafisco Nacional, que também representa os auditores-fiscais, Kleber Cabral fez questão de ressaltar que o Brasil é a única economia relevante em todo o mundo a adotar esse modelo.

Lucro real

Outro ponto na legislação que beneficia os muito ricos, segundo o dirigente, é a possibilidade de o tributo sobre a pessoa jurídica recair sobre o lucro presumido, em vez do lucro real.

— O que ocorre na prática é que os controladores das empresas acabam escapando do Imposto de Renda (IR), tanto como pessoa física quanto como jurídica. É perfeitamente possível o lucro contábil maior que o tributável. Então, no Brasil as grandes empresas

não pagam imposto, mas distribuem lucros. A distribuição de dividendos é 50% maior que os lucros tributáveis — apontou Cabral.

Além disso, os levantamentos da Receita “já mostram à exaustão” que um grande número de companhias vem pulando de Refis em Refis, conseguindo escapar também dos débitos tributários. Como solução para esse quadro, Cabral informou que a Unafisco fechará até abril uma proposta de integração tributária entre pessoas físicas e jurídicas, buscando evitar com isto o que chama de “bi não-tributação”.

Outro ponto positivo da integração tributária, segundo ele, seria diminuir a “pejotização” (contratação de empregados como pessoa jurídica) no mercado de trabalho,

fenômeno que a Unafisco vê com preocupação devido ao impacto na base arrecadatória.

Ainda no que se refere à tributação de lucros e dividendos, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Cláudio Damasceno, apresentou um estudo indicando que, caso a diretriz voltasse a ser adotada, aumentaria a arrecadação em R\$ 30 bilhões anuais. Nesse cenário, ele inclui a tributação das remessas ao exterior.

Inversão de modelo

Também com base em dados oficiais da Receita, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Charles Alcantara, mostrou que quem ganha até 10 salários mínimos por mês

tem um percentual de isenção em torno de 13,5% da renda.

Já para quem ganha entre 10 e 40 mínimos, a isenção chega a 26%. Já para os que recebem entre 40 e 60 salários, faixa que abrange os beneficiados por lucros e dividendos, a isenção já atinge 49%.

— Mas a absoluta inversão do modelo tributário não para por aí. A Receita mostra que quem recebe mais de 160 salários mínimos por mês tem isenção de 67,2%. Aqui, quanto mais se ganha, menos imposto se paga — lamentou Alcantara.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, também vê com preocupação o “crescente desequilíbrio” no modelo tributário. O fenômeno da “pejotização” vem ressaltando cada vez mais uma arrecadação voltada a quem é assalariado de grandes companhias, em servidores públicos e nos militares, pois são descontados na fonte.

A proposta de reforma tributária do governo, relatada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), foi criticada por Alcantara por, segundo ele, não alterar a estrutura hoje vigente, “que pune os assalariados e incide demasiadamente sobre o consumo”.

A reunião foi conduzida pelo vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que defendeu, entre outras medidas, o reajuste nas tabelas do Imposto de Renda (defasada em quase 90%, se comparada à de 1996), a tributação sobre as grandes heranças e um combate mais forte à sonegação.

Em 68, Senado reage a morte de estudante

Há exatos 50 anos, o assassinato do jovem Edson Luís, no Rio de Janeiro, gerou aumento de protestos e conflitos nas ruas, com repercussão imediata entre senadores

Ricardo Westin

HÁ MEIO SÉCULO, o Brasil entrava num período conturbado: 1968 se iniciou com a morte de um estudante, vítima de policiais no Rio, assistiu a guerras campais entre manifestantes e forças militares em várias capitais e terminou com a assinatura do AI-5, decreto que permitiu o

fechamento do Congresso e a institucionalização da tortura.

— O país começa 1968 como uma ditadura envergonhada, um governo ainda razoavelmente autoritário, e termina como uma ditadura escancarada — diz o historiador Antonio Barbosa, professor da UnB e consultor aposentado do Senado.

O golpe completava quatro

anos e o país era comandado pelo marechal Artur da Costa e Silva, o segundo presidente do regime militar.

Quase não se ouviam críticas. Os sindicatos estavam sob o controle do governo. Os grandes rivais dos militares, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, haviam sido cassados. Só dois partidos estavam permiti-

dos: o oposicionista MDB e a governista Arena. Nesse ambiente, os estudantes surgiram como a principal voz contestadora. Com passeatas, eles procuravam colocar a sociedade contra a ditadura.

Em termos institucionais, o Senado pouco podia fazer. Na ditadura, estava fora de cogitação aprovar leis contrárias ao interesse dos generais.

No entanto, um reduzido grupo de senadores assumiu a corajosa missão de reagir, usando a tribuna como arma.

Documentos do Arquivo do Senado mostram que Mário Martins (MDB-Guanabara) e Arthur Virgílio (MDB-AM) estiveram entre os senadores que se recusaram a dizer “sim, senhor” e apoiaram o movimento estudantil em 1968.

Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua

O Calabouço era um bandejão perto do Aeroporto Santos Dumont, no Rio, onde se alimentavam universitários e secundaristas. Embora a refeição custasse centavos, o lugar não agradava. Com frequência, havia protestos contra o galpão, caquético, e contra a comida, intragável.

Em 28 de março de 1968, um grupo discutia os preparativos de mais um ato contra as condições do Calabouço quando policiais invadiram o local para abortar o protesto.

Os jovens reagiram com paus, pedras e bandejas. Na batalha, um estudante perdeu a vida na hora, com um tiro à queima-roupa no coração — Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, que deixara Belém para cursar o supletivo no Rio.

Era o primeiro “morto público” da ditadura. A repercussão no Senado foi imediata.

— Em vez do diálogo, o governo manda a polícia e as Forças Armadas contra os estudantes. É uma saída que não desejamos, pois vai levar a um morticínio — afirmou Mário Martins (MDB-Guanabara). — É incrível que os homens de juízo hoje são os moços, e não os velhos do governo, que, aliás, não têm procuração para administrar o país.

Arthur Virgílio (MDB-AM) bateu na mesma tecla da prepotência do governo militar:

— Edson Luís morreu com 18 anos, a idade do meu filho

mais novo. Busquemos o entendimento. Nós da oposição estamos dispostos a isso. Eu não gostaria de voltar a esta tribuna para, esmagado pela tristeza, lamentar outros Edson Luís tombados nas ruas pela falta de diálogo.

O Calabouço não era um mero bandejão. Logo no dia em que os militares assumiram o poder, em 1964, os militares incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Flamengo. A entidade foi fechada e o movimento estudantil ganhou uma mordada. A partir daí, o Calabouço virou um abrigo informal dos jovens que queriam discutir livremente os rumos do ensino público e da política.

Desforra

Governista, Daniel Krieger (Arena-RS) apoiou a decisão da ditadura de fechar o restaurante após a morte de Edson Luís e citou o comunismo:

— O Calabouço é foco de subversão. Há estudantes profissionais a serviço de ideologias condenadas, e isso temos de afastar da mocidade.

Depois de morto, Edson Luís protagonizou uma epopeia. Temendo que a polícia sumisse com o cadáver, os estudantes o carregaram até a Assembleia Legislativa (atual Câmara Municipal), na Cinelândia, e o expuseram num salão. Milhares de cariocas



Policiais atacam pessoas na saída da missa em homenagem a Edson Luís

se enfileiraram para velá-lo. Horas mais tarde, o corpo foi levado em cortejo até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. A população erguia cartazes com frases como “Mataram um estudante. Ele podia ser seu filho”.

A ditadura não engoliu a mobilização popular. A desforra viria logo.

Em 4 de abril, a Igreja da Candelária, no Centro, abrigou duas missas de sétimo dia, e ambas tiveram o mesmo desfecho. Terminadas as cerimônias, os participantes foram espancados por policiais que os aguardavam do lado de fora, montados em cavalos e com sabres na mão.

Mesmo sendo governista, Teotônio Vilela (Arena-AL) se disse chocado:

— Protesto contra as atrocidades e o faço como senador, jornalista, cidadão e pai de sete estudantes. Vi meu filho mais moço, de 5 anos, indo para o colégio com a pasta de baixo do braço e pensei: “Não sei se ele voltará. A cavalaria pode estar lá na esquina para esbordoá-lo e rebentá-lo pela coragem de ir à escola”.

Em junho, o Rio assistiria a três dias seguidos de guerra campal. No dia 19, estudantes tentaram se reunir com o ministro da Educação, na sede do MEC, no Centro, mas foram barrados pela polícia.

No dia 20, jovens seriam caçados nas ruas de Botafogo após forçar o reitor da UFRJ a ouvir suas reivindicações.

No dia 21, os estudantes ganhariam o apoio da po-



Senador Mário Martins: “Militares esmagam povo para ficar no poder”

pulação numa guerra contra policiais e militares que duraria o dia inteiro no centro da cidade, deixando 28 mortos.

— Os governos tirânicos, que não foram gerados nas urnas, mas no golpe, esmagam o povo para se manter no poder — protestou o senador Mário Martins.

Marcha dos 100 Mil

Arthur Virgílio perguntou, em discurso, como os jovens e os militares entrariam na história. Ele mesmo respondeu: — Os primeiros serão os mártires. Os segundos entrarão na história com o estigma de ignóbeis. Serão miniaturas de Hitler, Mussolini e Stálin, homens que, tanto tempo depois de banidos da Terra, ainda são citados com nojo.

Fartos de violência, os cariocas seguiriam os estudantes na célebre Passeata dos 100 Mil, em 26 de junho. Anônimos e famosos marcharam da Cinelândia à Candelária dizendo em gritos e cartazes que a ditadura deveria cair.

O governo não se comoveu.

Em Goiás, senador assiste a guerra e enfrenta baioneta

Com a voz trêmula, o senador João Abrahão (MDB-GO) subiu à tribuna em 2 de abril de 1968 para narrar a guerra que testemunhara em Goiânia. Na véspera, uma tropa investira contra um ato de estudantes, deixando dois mortos.

— Após os tiros, quando fui prestar socorro à juventude, vi uma baioneta à minha frente e ouvi: “Dê mais um passo e verá o que acontece”. Acreditei que, se declinasse a minha condição de senador da República, isso teria algum valor. Ele repetiu: “Dê mais um passo e verá o que acontece”.

Na meio da fala, Abrahão sacou algo do paletó.

— Trouxe esta bala de fuzil como recordação. São balas deste calibre que estão dizimando a nossa juventude. Na democracia em que vivemos, o governo prende qualquer cidadão, mata estudantes em praça pública e encosta baionetas na barriga de um senador.

Naquele 1º de abril, o golpe militar fazia quatro anos. Os alunos protestavam contra o governo e a morte de Edson Luís, ocorrida poucos dias antes, no Rio.

Em junho, o senador Arthur Virgílio (MDB-AM) denunciou mais violência, agora contra alunos da UnB:

— Antes das 6h, policiais invadiram os dormitórios. As moças foram retiradas do leito em trajes íntimos e assim levadas para o campus, após serem insultadas da forma mais torpe.

Virgílio, então, provocou: — O que faria o presidente Costa e Silva se fizessem isso com uma filha sua?

Leia mais sobre 1968 no Brasil: <http://bit.ly/Brasil68>
Todas as reportagens do Arquivo S: <http://bit.ly/arquivoS>



Morto com tiro no peito, Edson Luís é velado na Assembleia Legislativa do Rio

A seção *Arquivo S*, resultado de uma parceria entre o *Jornal do Senado* e o *Arquivo do Senado*, é publicada na primeira segunda-feira do mês.